



25

CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 18/2018

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas, reuniu o Conselho de Representantes da Escola Superior de Comunicação Social, em reunião extraordinária, na sala 4G4.

Na reunião estiveram presentes: Carlos Nuno, na qualidade de presidente em exercício do Conselho de Representantes e sem direito a voto, os membros eleitos para o novo mandato Cláudia Silvestre, Francisco Sena Santos, Helena Ribeiro, Jorge Trindade, José Cavaleiro Rodrigues, Júlia Leitão de Barros, Manuel Batista, Ricardo Nogueira, Rúben Neves, Carlos de Jesus, Ana Mafalda Andrade, João Barroso Viegas, e os membros suplentes representantes dos alunos Daniel Carvalho e Matilde Fernandes, tendo os membros efetivos em falta comunicado e justificado a sua ausência.

Esta reunião teve na sua convocatória a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

- 1 - Informações gerais
- 2 - Apresentação dos resultados da eleição dos representantes do corpo docente e dos funcionários não docentes
- 3 – Eleição do presidente do Conselho de Representantes
- 4 - Assuntos supervenientes

Foi apresentada a proposta de ordem de trabalhos.

A proposta de ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade.

1. Informações gerais

Carlos Nuno, na sua qualidade de presidente em exercício até à tomada de posse do novo presidente do Conselho, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e deu as boas vindas aos novos membros eleitos para o Conselho de Representantes.

Entrando no ponto de informações gerais, informou ter tido conhecimento de que o CTC já recebeu a resposta a um pedido de esclarecimento feito aos serviços jurídicos do IPL, a propósito da tomada de posição do CR sobre as disposições estatutárias relativas às competências das secções nos procedimentos de abertura de concursos para docentes, nomeadamente os concursos para professor coordenador.

Recordou que o CTC tinha manifestado dúvidas quanto à interpretação dos Estatutos defendida por este CR, pois entendia que as competências atribuídas às secções deveriam ser limitadas às contratações correntes de docentes a tempo parcial e destinadas a assegurar o normal funcionamento dos cursos, por solicitação dos coordenadores de curso, e não extensíveis a todos os processos de contratação docente, como defendido pelo CR.

Apesar de não ter chegado a ser dado conhecimento formal ao CR do parecer emitido pelos serviços do IPL, mas apenas mostrado informalmente o mesmo pela presidente do CTC, esse documento confirma nas suas conclusões o essencial da interpretação feita pelo CR, considerando que as competências definidas nos estatutos da ESCS, nomeadamente no art.º 34.º (competências do coordenador da secção) abrangem os concursos abertos por concurso documental para recrutamento de professores de carreira, incluindo os de professor adjunto e professor coordenador, sem prejuízo do estabelecimento dos critérios de contratação e a definição das áreas disciplinares de abertura dos concursos ser da competência do CTC, questão que, de qualquer modo, não era questionada na tomada de posição do CR.

Carlos Nuno informou ainda que tinha enviado aos restantes órgãos da ESCS um memorando com as apreciações e recomendações feitas pelo CR ao Sistema de Qualidade da ESCS que não tinham sido incluídas no documento de julho de 2017, como discutido na última reunião do Conselho, nomeadamente respeitantes ao Relatórios de Curso e aos seus efeitos na avaliação do desempenho de serviço docente.

Embora só agora este documento tenha sido enviado, nalguns pontos eventualmente já ultrapassado pelo desenvolvimento do processo de revisão do Sistema de Qualidade do IPL, haverá situações ainda passíveis de consideração na versão final do Sistema e fica, de qualquer modo, documentada a reflexão feita a este propósito pelo CR.



A propósito deste assunto, vários conselheiros manifestaram a sua preocupação e discordância com a definição exclusivamente automática e baseada em parâmetros quantitativos do novo procedimento de elaboração de determinados aspetos dos relatórios dos cursos, como seja a identificação de situações consideradas como positivas ou negativas em cada unidade curricular, como parece ser o modelo em preparação, do que se sabe neste momento, para aplicação geral às diversas escolas do IPL.

Helena Ribeiro frisou que esse tipo de procedimentos e a indefinição atual acerca do modo como cada escola poderá ajustar esses parâmetros quantitativos, assim como as consequências dessas situações nos instrumentos de avaliação de desempenho docente, justificam a recomendação do CR para que esses efeitos na avaliação docente sejam suspensos na ESCS, pelo menos até uma melhor compreensão dos instrumentos em causa e a verificação do ajustamento da sua aplicabilidade a essa avaliação.

Júlia Leitão de Barros deu informações sobre o projeto AMOPC, que vai fazer uma sessão de apresentação pública no próximo dia 12, na Biblioteca Nacional, solicitando a sua divulgação pelos meios disponíveis. Esta sessão conta com a participação de investigadores externos à ESCS e assinala também o final da primeira fase deste projeto, dando a conhecer o tipo de trabalho desenvolvido até agora.

José Cavaleiro Rodrigues informou da abertura próxima da nova edição do concurso interno do IPL para apoio a projetos de investigação. A demora na abertura desta terceira edição deste programa prendeu-se com a expectativa de abertura do concurso da FCT, mas não havendo até agora informação sobre esse concurso, o IPL decidiu avançar com o seu concurso interno.

Informou ainda que se encontra a decorrer a iniciativa Programa para o Empreendedorismo do IPL, tendo já havido algumas sessões de formação e sensibilização nalgumas escolas do IPL, sendo um desses seminários, dedicado à área das ciências sociais e humanas, realizado amanhã na ESCS, com a presença de diversos parceiros externos.

A próxima edição do concurso de ideias e projetos que se seguirá terá uma primeira fase regional e uma fase nacional com os projetos vencedores em cada região.

Francisco Sena Santos referiu a sua satisfação, corroborada por José Cavaleiro Rodrigues, pela energia e qualidade das ideias que têm sido apresentadas na incubadora do Mercado de S. Domingos de Benfica.

Informou também do estabelecimento de uma parceria entre a ESCS e a Global Notícias (TSF, DN, JN), com uma sessão de formação dirigida a jornalistas e operadores de som, fundamentalmente para plataformas digitais, esperando-se cerca de oitenta profissionais abrangidos por essa formação.

2. Apresentação dos resultados da eleição dos representantes do corpo docente e dos funcionários não docentes

Entrando no ponto 2 da agenda, Carlos Nuno recordou a realização do ato eleitoral para os representantes dos corpos docente e de funcionários não docentes, no passado dia 28 de fevereiro.

Para os docentes apresentou-se uma única lista, tendo votado 50 docentes e apurando-se 46 votos favoráveis, 3 brancos e 1 nulo.

Para os funcionários não docentes apresentaram-se duas listas, tendo votado 30 funcionários, com 15 votos na lista B, 14 na lista A e um voto branco. Considerando que a eleição segue o chamado método de Hondt, foi eleito um representante de cada uma das listas, passando os restantes candidatos a suplentes da lista por que se apresentaram.

3. Eleição do presidente do Conselho de Representantes

O ponto da eleição do novo presidente do Conselho de Representantes iniciou-se com a recordação das normas estatutárias e regimentais referentes a este processo, nomeadamente quanto à solicitação da disponibilidade para o cargo por parte dos docentes presentes e ao processo de eleição através de escrutínio secreto.

Dos docentes presentes, apenas Cláudia Silvestre se manifestou disponível para o cargo de presidente do CR.

Procedeu-se de seguida à eleição através de voto escrito secreto, apurando-se os seguintes resultados: 13 votos a favor e um voto branco.

Foi considerada *eleita como presidente do Conselho de Representantes para o mandato 2018 – 2021 a professora adjunta Cláudia Vasconcelos Silvestre*, que agradeceu a confiança do Conselho.

A conselheira Matilde Fernandes deixou a reunião.

De seguida, o CR procedeu à ratificação da proposta da presidente de nomear Helena Ribeiro como vice-presidente. Este processo decorreu igualmente por voto escrito secreto, apurando-se os seguintes resultados: 12 votos a favor e um voto branco.

Foi considerada *nomeada como vice-presidente do Conselho de Representantes para o mandato 2018 - 2021 a professora adjunta Helena Nunes Ribeiro.*

A conselheira Ana Mafalda Andrade deixou a reunião.

4. Assuntos supervenientes

No ponto dos assuntos supervenientes, Carlos Nuno deu conta da intenção, já conversada entre si e o Presidente da ESCS, para que fosse organizada uma sessão do Conselho aberta à comunidade escolar, em parceria com a Direção da ESCS, de modo a proporcionar a oportunidade de apresentação pelo Presidente Jorge Veríssimo de um balanço institucional da ESCS no decurso do seu ciclo de mandatos, que se aproxima do seu final.

Nessa sessão, propõe-se que haja lugar à atribuição de prémios e homenagens a alunos e outros elementos da ESCS, nomeadamente respeitantes a diversos protocolos e projetos, que não foi possível realizar por ocasião da última comemoração do Dia da ESCS.

A sessão seria igualmente a oportunidade para uma evocação mais alargada do professor Pedro Figueira, recentemente falecido.

A proposta é para que esta sessão tenha lugar no próximo dia 18 de abril.

Os conselheiros Francisco Sena Santos e Jorge Trindade deixaram a reunião.

Na discussão desta intenção, em que intervieram os conselheiros presentes, considerou-se de forma consensual que não seria apropriado incluir a evocação do professor Pedro Figueira, que deveria ser objeto de cerimónia própria e com carácter mais adequado à homenagem ao colega falecido.

Em relação aos restantes aspetos em discussão e à própria realização desta sessão, foram apresentados diversos argumentos a favor e contra a sua aceitação pelo CR.

Foi recordado que já anteriormente o Presidente Jorge Veríssimo tinha manifestado interesse em apresentar ao CR o seu balanço dos mandatos realizados e o seu entendimento

acerca do percurso institucional da ESCS ao longo desse tempo, podendo ser esta a oportunidade para a concretização dessa intenção.

Foi discutido se essa sessão deveria ser restrita ao âmbito normal das reuniões do CR ou se deveria ser considerada a conveniência e oportunidade dessa sessão ser aberta à comunidade escolar.

Foi colocada a questão da justificação, oportunidade e adequação da realização desta sessão, enquanto promovida pelo CR e tendo em conta as suas funções e competências.

Por um lado, considerou-se que o CR, enquanto órgão representativo dos diferentes corpos constituintes da ESCS seria o fórum adequado a essa comunicação pública por parte do Presidente da ESCS. Por outro, em oposição, considerou-se que esse enquadramento poderia prejudicar o entendimento da posição de isenção e equidistância do CR em relação à Direção da Escola, sobretudo numa altura em que se aproxima o início do processo eleitoral para o próximo Presidente da ESCS.

Foram ainda discutidos aspetos relativos ao próprio formato da sessão, em particular a inclusão de atos que ultrapassam a oportunidade do Presidente apresentar o seu balanço de ciclo de mandatos, como sejam as entregas de prémios e homenagens, o que já estaria para lá do âmbito de uma sessão do CR.

O conselheiro Manuel Batista deixou a reunião.

Da discussão efetuada verificou-se não ser possível encontrar um consenso em relação a este assunto, acabando por se configurar duas posições alternativas:

- aceitar a solicitação do Presidente da ESCS, assumindo o CR a realização de uma sessão aberta à comunidade escolar mas restrita à apresentação do balanço de ciclo de mandatos por parte do Presidente Jorge Veríssimo;
- manifestar ao Presidente Jorge Veríssimo a indisponibilidade do CR para a promoção dessa sessão, por se considerar a sua realização inoportuna e fora do âmbito de intervenção do CR.

Colocadas estas duas alternativas a votação, prevaleceu a posição de indisponibilidade do CR para a realização da referida sessão, por cinco votos contra quatro.

Não havendo mais assuntos da agenda, foi colocada à votação a ata da presente reunião, redigida pelo presidente em exercício, *tendo esta ata sido aprovada por unanimidade.*



Nada mais havendo a tratar, pelas vinte horas foi dada por encerrada a sessão.

O Presidente do Conselho de Representantes, em exercício

Carlos António Simões Nuno

